

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

ATA Nº. 009/2021/UFJ – CONSUNI

PROCESSO N.º 23070.030711/2021-13

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2021.

1 Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um às quatorze horas e quatro minutos
2 reuniram-se via *Google Meet*, sob a presidência do Prof. Américo Nunes da Silveira Neto, Reitor *Pro*
3 *Tempore* da Universidade Federal de Jataí/UFJ os membros do Consuni da Universidade Federal de Jataí:
4 Prof. Alexandre Rodrigo Choupina Andrade Silva, Diretor *Pro Tempore* da Unidade Acadêmica de Ciências
5 Agrárias/UFJ; Bibliotecária Documentalista Anne Oliveira, representante do Órgão Suplementar/Biblioteca;
6 Prof. Christiano Peres Coelho, Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Biológicas/UFJ; Prof.
7 Diego Augusto Diehl, Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas/UFJ; Prof.
8 Dirceu Guilherme de Souza Ramos, representante dos Docentes/UFJ; Prof. Dyomar Toledo Lopes, Pró-
9 Reitor *Pro Tempore* de Administração e Finanças/UFJ; Prof. Edésio Fialho dos Reis, Pró-Reitor *Pro Tempore*
10 de Pós-graduação/UFJ; Técnica em Assuntos Educacionais Estael de Lima Gonçalves, representante dos
11 Técnicos Administrativos/UFJ; Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira, Chefe da Unidade Acadêmica Especial de
12 Educação/UFJ; Prof. Fabiano Campos Lima, representante dos Docentes/UFJ; Prof. Giovanni Cavichioli
13 Petrucelli, Diretor *Pro Tempore* da Unidade Acadêmica de Ciências Exatas/UFJ; Prof.^a Giulena Rosa Leite,
14 Vice-Reitora *Pro Tempore*/UFJ; Discente Guilherme Henrique Alves Martins, representante dos
15 Discentes/UFJ; Prof. Hânstter Hállison Alves Rezende, Pró-Reitor *Pro Tempore* de Gestão de Pessoas/UFJ;
16 Discente Isabella Mendes Duarte, representante dos Discentes/UFJ; Discente José Renato Nascimento
17 Tiraboschi Filho, representante dos Discentes/UFJ; Prof.^a Júlia de Miranda Moraes, representante dos
18 Docentes/UFJ; Prof.^a Kamila Rodrigues Coelho, Pró-Reitora *Pro Tempore* de Graduação/UFJ; Discente Laís
19 Silva Pinto Moraes, representante dos Discentes/UFJ; Prof.^a Luciana Aparecida Elias, Pró-Reitora *Pro*
20 *Tempore* de Assuntos Estudantis/UFJ; Prof.^a Ludmila Grego Maia, Pró-Reitora *Pro Tempore* de Extensão e
21 Cultura/UFJ; Bibliotecário Documentalista Luismar de Carvalho Junior, representante dos Técnicos
22 Administrativos/UFJ; Técnico Administrativo Paulo Fernando Zaiden Rezende, representante dos Técnicos
23 Administrativos; Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa, Diretor *Pro Tempore* da Unidade Acadêmica de
24 Ciências Humanas e Letras; Ricardo Porto Simões Mathias, Representante dos Órgãos
25 Administrativos/Seinfra/UFJ; Prof. Simério Carlos Silva Cruz, Pró-Reitor *Pro Tempore* de Pesquisa e
26 Inovação/UFJ; Prof. Thiago Borges de Oliveira, representante dos Docentes/UFJ; Discente Vinícius
27 Gonçalves de Souza, representante dos Discentes; Prof. Wagner Gouve dos Santos, Diretor *Pro Tempore* da
28 Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde; Prof. William Ferreira da Silva; Diretor *Pro Tempore* da Unidade
29 Acadêmica de Estudos Geográficos/UFJ; **Representantes com direito a voz:** Analista de Tecnologia da
30 Informação Daniel Silva Carvalho, Cercomp/UFJ; Prof. Douglas Regalin, representante do Hospital
31 Veterinário; Prof. Luis Antônio Serrão Contim, representante Adufg; Assistente em Administração Michaela
32 Andréa Bette Camara, Assessora de Comunicação/UFJ; Verificado o “quórum”, O Sr. Presidente declarou
33 abertos os trabalhos: **Primeiro Ponto da Pauta: Informes da Presidência - Primeiro Informe:** O

34 Presidente deu início a sessão e passou a palavra para a Prof.^a Giulena Rosa Leite que informou que a Prof.
35 Katarinne Lima Moraes estava organizando a listagem de vacinação que foi encaminhada para a prefeitura,
36 mas que ainda não chegou o momento da UFJ ser vacinada porque seguiam um calendário por nível de
37 atendimento escolar, depois que se iniciou a vacinação de profissionais da educação foram vacinados
38 berçário e maternal, ensino infantil, fundamental e nesse momento estavam vacinando escolas com segundo
39 grau e cursos técnicos, aconteceu que muitas dessas escolas já finalizaram e existiam escolas como o IF que
40 possuíam nível técnico e superior. Disse que as vacinas da *Pfizer* eram retiradas do freezer e não podiam
41 retornar ao freezer, precisavam ser utilizadas naquele dia todas as doses, no dia 12 de junho foi o primeiro
42 dia que utilizaram essas doses para a educação e por volta das 17:30 h foi contactada pelo serviço de
43 vigilância do município dizendo que haviam doses fora da caixa e que eles precisavam ministrar para não
44 perder e questionaram se poderiam ser encaminhados servidores da UFJ para vacinar, naquele momento se
45 lembrou da equipe de segurança e limpeza que estavam trabalhando no presencial, tinham que encaminhar as
46 pessoas até no máximo as 18:30h e como não houve preparo e organização para esse evento, ligou para a
47 Lara e o Luis Carlos que eram os coordenadores da limpeza e segurança, ao falar com eles souberam que as
48 equipes ainda não tinham a declaração de vínculo com a UFJ, necessária para que os terceirizados fossem
49 vacinados, como ainda não tinham essa declaração foram convidados os demais servidores que estavam
50 trabalhando presencialmente nas demais pro reitorias, foram trinta e três doses no Conjunto Rio Claro que foi
51 o indicativo da vigilância e as pessoas se direcionaram para lá, cada pró-reitor e diretor de setor, como
52 exemplo do Cercomp que perdeu recentemente um servidor, foi encaminhada a lista de quem estava na
53 cidade e tinha condições de vacinar porque podia haver impeditivos a vacinação como ter tomado dose de
54 H1N1 ou ter tido Covid dentro de determinado prazo. Disse que as pessoas estavam fazendo agendamento
55 para a vacinação nos postos de saúde, por horário, por ligação naquele momento foram passadas as doses que
56 restaram nos postos de saúde, ocorreu que no dia 12 foram pegos de surpresa e as pessoas começaram a ligar
57 umas para as outras, foram vacinados o total de cinquenta e cinco pessoas e passado para a UFJ a relação dos
58 vacinados. Depois desse evento entraram em contato com a coordenação para conversar a respeito dessas
59 sobras e entender como funcionava e informaram que desde o início da vacinação todas as sobras eram
60 automaticamente repassadas para o grupo posterior, foi feito um acordo que todos os dias que houvessem
61 vacinas da *Pfizer* seria repassado para ela que organizaria uma lista com bases nas pessoas que estavam
62 trabalhando no regime presencial, foi iniciado com a equipe do Cercomp, transporte, Pró-Reitorias, mas no
63 primeiro dia não havia uma lista, a partir desse dia continuaram vacinando sendo quarenta doses no dia 20 de
64 junho, quarenta e sete doses no dia 21 de junho e trinta e três doses no dia 23 de junho totalizando cento e
65 setenta e quatro doses de vacina, todos os servidores presenciais, especialmente os terceirizados estavam
66 vacinados exceto onze servidores que não puderam ser vacinados, duas eram grávidas que haviam recebido a
67 vacina da H1N1, sendo que as grávidas sem comorbidades e servidores presenciais foram priorizadas, os
68 demais ou não estavam na cidade ou estão sintomáticos não sendo possível a vacinação. Ontem, após
69 encaminhamento de todos os presenciais foram vacinados ainda três professores que estavam no posto e isso
70 tinha sido uma rotina no dia de vacinação *Pfizer*; tinha professor que chegava no posto as 15 h e
71 permaneciam lá e não existia um critério para que o posto entregasse as vacinas a não ser que fosse de nível

72 superior, o critério estabelecido pela reitoria foi o considerado mais justo, mas algumas pessoas que não eram
73 do presencial foram vacinadas, ressaltou que algumas pessoas da UFJ possuíam contatos internos na
74 secretaria de saúde e acabam vacinando fora dessas doses ofertadas e as vezes estava no posto com uma
75 autorização de oito doses e eram colocados os servidores presenciais e chegavam servidores fora da lista que
76 entravam no posto e vacinavam porque foi autorizado por outras pessoas, foi conversado sobre isso com a
77 secretaria mas como essas doses eram sobra ainda não eram as doses direcionadas a UFJ a resposta era que
78 ficava complicado de vetar, porque eram pessoas que tinham direito. A partir daquele momento quando
79 houver novamente vacinação com da *Pfizer* serão organizados os servidores não presenciais, quando chegar
80 a vacina será comunicado se é ou não da *Pfizer*, foi conversado junto a Propessoas que estava fazendo um
81 levantamento e foi conversado que com os não presenciais a prioridade, mas estava sendo colocado em
82 informe aceitando sugestões. Informes: Leitura de carta enviada ao Consuni pelo Curso de História. A
83 Técnica Administrativa Michaela Andréa Bette Câmara disse que receberam um ofício encaminhado pelo
84 Coordenador do Curso de História, Prof. Marcos Menezes no qual solicitou sua apresentação ao plenário do
85 Consuni: “Ao Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal de Jataí. Na reunião do último dia
86 2 de junho deste egrégio colegiado foi aventada, por uma conselheira, a possibilidade do professor Pedro
87 Barbosa, do Curso de História, ofertar uma disciplina para os cursos de bacharelados da UFJ, em razão da
88 não oferta desta disciplina pelo curso de Pedagogia. A sugestão fora acompanhada da ideia de que a
89 contratação do referido professor tinha sido feita para ajudar todas as graduações. Em seguida, o professor
90 Pedro foi contatado e perguntado sobre a possibilidade de ofertar uma das disciplinas de sociologia.
91 Seguindo a lógica organizacional de nossa instituição, esclarecemos que o professor Pedro Barbosa está
92 lotado no Curso de História que, por sua vez, está ligado a Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e
93 Letras e, portanto, compreendemos que as discussões sobre as aulas do docente devem passar,
94 primeiramente, por estas instâncias. Esclarecemos ainda, que a vaga, atualmente ocupada pelo professor
95 Pedro, foi resultado de uma série de lutas do Curso de História, que remonta os anos de 2011 e 2012, quando
96 fizemos a proposta para a direção da então Regional Jataí de, mediante a contratação de novos docentes,
97 ofertarmos a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e História e Cultura Indígena, conforme, requer
98 a Lei 10.639/03 e 11.645/08. Após muitas tratativas, foi realizado Concurso Público, sob responsabilidade da
99 Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras e Curso de História. A área definida no concurso foi:
100 História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Educação para as Relações Étnico-Raciais e
101 Educação em Direitos Humanos. Com o preenchimento da vaga, o curso de História se comprometeu a
102 ofertar aos cursos da universidade duas disciplinas por semestre, em forma de Núcleo Livre, contemplando a
103 área do concurso. Desde então, tem cumprido com o acordado e ministrado as disciplinas, conforme listado a
104 seguir: 2018/2 - História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – 64h - (2 turmas – em horários
105 distintos); 2018/2 - Direitos Humanos, Políticas Públicas e Globalização – 32h – (1 turma); 2019/1 – História
106 e Cultura Afro-brasileira – 64h – (1 turma); 2019/1 – Direitos Humanos – 32h – (1 turma); 2019/2 - História
107 e Cultura Afro-Brasileira: Tópicos especiais em produção histórico-científicas da intelectualidade negra em
108 África e Brasil – 32h (1turma); 2019/2 - Direitos Humanos e Políticas Públicas e Globalização – 32h (1
109 turma); 2020/1 - História e Cultura Afro-brasileira – 64h (1 turma); 2020/1 - Direitos Humanos e Políticas

110 Públicas e Globalização – 32h (2 turmas – em horários distintos); 2020/3 (Período de Inverno) - Saúde da
111 População Negra – 64h (1 turma); 2020/3 (Período de Inverno) - A Pluralidade das formas de resistência e
112 conexões na História Contemporânea dos africanos e afrodescendentes – 64h (1 turma); 2020/2 - História e
113 Cultura Afro-Brasileira: Tópicos especiais em produção histórico-científicas da intelectualidade negra em
114 África e Brasil – 64h (1 turma); 2020/2 - Direitos Humanos e Políticas Públicas e Globalização – 32h (1
115 turma); Postas estas explicações, a finalidade desta carta é manifestar que, à despeito da formação do
116 professor, a contratação para a vaga citada durante a reunião, serve a um objetivo específico: ofertar, nos
117 termos acordados com o curso de História, disciplinas na área de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana
118 e Indígena, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos. Entendemos que as
119 disciplinas, anteriormente ofertadas pelo curso de Pedagogia aos cursos de bacharelado da UFJ não compõe,
120 portanto, as atribuições do docente alocado nesta vaga. No mais, expressamos o desejo de que os
121 conselheiros e conselheiras observe, reconheça e respeite o fato que todos os professores da Universidade
122 estão vinculados a um Curso e a uma Unidade, portanto, o requerimento para solicitação de oferta de
123 disciplinas deve respeitar a consulta a estas instâncias. Se houver necessidade do Curso de História ofertar
124 vagas a outros Cursos tal solicitação deve ser feita diretamente ao Curso e a Unidade onde o Curso está
125 alocado. Esclarecemos que hoje o Curso de História tem nove professores federais e uma professora
126 vinculada a Prefeitura Municipal de Jataí, que se aposentará em breve. Diante dessa realidade, não há no
127 Curso de História nenhum professor com menos de 128 horas em disciplinas por semestre, nenhum
128 dispensado de tal obrigação para capacitação ou por estar em atividade administrativa. Mui respeitosamente
129 assinamos. Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes”. **Informe da Proad:** O Prof. Dyomar Toledo Lopes disse
130 que o Prof. Diego em outra reunião tinha levantado a questão de demissões e que naquele momento ele não
131 tinha conhecimento de demissões no âmbito da UFJ mas na última fala do professor ele citou alguns nomes e
132 a empresa, assim foi possível identificar a situação que dizia respeito ao processo da guardiã, que ele já havia
133 informado no Consuni, reiterou que faz referência ao contrato de serviço de vigia com a empresa guardiã e
134 como de rotina se deu início ao processo de licitação para firmar contrato com outra prestadora de serviços,
135 mas ocorreu que houveram problemas no processo licitatório, participaram desse processo dezesseis
136 empresas, a primeira colocada pediu desclassificação. por perceber que não conseguiria cumprir com o seu
137 lance, a segunda colocada não apresentou toda a documentação sendo desclassificada, a terceira colocada
138 também havia pedido a desclassificação antes de ser chamada, a quarta empresa foi chamada e apresentou
139 toda a documentação solicitada com lance de um milhão duzentos e setenta e três mil reais e foi declarada
140 vencedora, mas quando se encaminhava para o fim da licitação a empresa Guardiã detentora do contrato a
141 época apresentou uma intenção de recurso questionando a planilha de preço dessa empresa vencedora, foi
142 analisado pela equipe que julgou improcedente e finalizou a licitação, a pregoeira que conduziu o pregão
143 recebeu uma intimação da justiça federal que foi quando descobriram que a empresa Guardiã havia acionado
144 a UFJ na Justiça Federal com um Mandado de Segurança Civil, sendo necessário aguardar a decisão judicial
145 a respeito desse processo e enquanto isso acontecia o contrato venceu e a empresa foi obrigada a dispensar os
146 funcionários, a decisão judicial saiu recentemente, o juiz federal mandou reabrir a licitação e voltar a
147 licitação na fase em que a empresa guardiã pudesse intencionar recurso o que já havia sido feito a época por

148 orientação do procurador de qualquer modo foi feito e a empresa não intencionou recurso a licitação foi
149 novamente finalizada e o processo encaminhado para a Procuradoria Federal e estavam aguardando o
150 processo retornar para que com o aval da Procuradoria Federal pudessem homologar esse pregão, dando
151 início ao restante do processo para a prestação de serviço. **Informes da Prograd:** A Prof.^a Kamila Rodrigues
152 Coelho informou que haverá o primeiro encontro Pibid UFJ no ano de 2021, contextualizou que era a
153 primeira vez que se tinha um programa institucional vinculado a UFJ, será um evento institucional com
154 objetivo de divulgar e socializar com a comunidade acadêmica e externa os primeiros resultados obtidos
155 pelos licenciados bolsistas do Pibid da UFJ, os trabalhos dos bolsistas será apresentado no canal do *Youtube*
156 da UFJ entre os dias 28 e 29 de junho conforme a programação do site do evento e haverá certificado para os
157 ouvintes. **Informes da PRPI:** O Prof. Simério Carlos Silva Cruz informou que foi divulgado o resultado da
158 homologação dos planos de iniciação científica, tecnológica e do Prolicen, foram trezentos e noventa e oito
159 planos cadastrados, um numero expressivo e que todas as instituições tiveram redução de planos cadastrados
160 e a UFJ tinha feito uma diferença muito grande. **Segundo Ponto da Pauta: Apreciação das Atas Consuni**
161 **de 19/11/2020; 23/11/2020; 24/11/2020; 25/11/2020 (reunião ordinária); 25/11/2020 (reunião estatuto).**
162 Não houve solicitação de alteração ou considerações. Após apreciação, em votação as atas foram aprovadas
163 com registro de 27 (vinte e sete) votos favoráveis e uma abstenção. **Terceiro Ponto da Pauta: Processo**
164 **23070.024110/2021-71 - Principais datas do Calendário Acadêmico 2021**, relatado pela Prof.^a Kamila
165 Rodrigues Coelho. A relatora fez a leitura do relato: “Considerando que a discussão em relação às datas foi
166 iniciada no dia 12 de maio de 2021 por meio do Ofício Circular 2064610. O qual foi encaminhado à todas as
167 Unidades Acadêmicas. Considerando que, em reunião ordinária realizada no dia 18 de maio de 2021, a
168 Câmara Superior de Graduação aprovou as principais datas do Calendário Acadêmico referente ao ano letivo
169 de 2021, conforme consta na Certidão de Ata 2142956. Considerando que, em reunião ordinária realizada no
170 dia 08 de junho de 2021, a Câmara Superior de Graduação aprovou as principais datas do cronograma do
171 curso de medicina referente ao ano letivo de 2021, conforme consta na Certidão de Ata 2143106.
172 Considerando que se faz necessário a aprovação das referidas datas para inserir as demais rotinas
173 acadêmicas. Oportuno salientar que, durante as discussões na Câmara Superior de Graduação para definição
174 destas principais datas, os membros manifestaram vários posicionamentos, dentre eles: reduzir a quantidade
175 de semanas. reduzir a quantidade de dias do recesso entre dezembro e janeiro. manutenção do recesso em
176 julho por conta das férias escolares. a quantidade de dias ociosos dos alunos ingressantes por conta do
177 calendário SISU. Diante dos apontamentos listados, manifesto favorável as principais datas para o
178 Calendário Acadêmico 2021 definidas na Câmara Superior de Graduação: início e de término do
179 semestre 2021.1: 18/10/2021 a 12/03/2022, e recesso acadêmico: 18/12/2021 a 16/01/2022. início e de
180 término do semestre 2021.2: 04/04 a 22/07/2022. datas para o curso de medicina: 2021.1: 04/10/2021 a
181 26/02/2022, e recesso acadêmico: 18/12/2021 a 09/01/2022. 2021.2: 21/03 a 22/07/2022”. Reiterou que as
182 datas diferentes para o curso de medicina eram devido ao número de semanas e de carga horária que as
183 componentes e internato precisavam para poder concluir o semestre letivo. O Prof. Hanstter Hallison Alves
184 Rezende disse que era uma questão da graduação, mas que esta impactaria as funções da Propessoas, porque
185 o calendário acadêmico era uma situação problemática, toda vez que o calendário era mexido principalmente

186 por causa das férias dos professores. Disse que houve reclamação de alguns coordenadores de que não houve
187 consenso em relação ao Calendário na Câmara Superior de Graduação e tinha servidor se sentindo
188 prejudicado, diante disso a Propessoas sugeriu uma alteração para garantir que os servidores tivessem férias
189 em julho, assim como as férias escolares e o calendário apresentado terminava no final de julho em 2022.
190 Sugeriu: início e de término do semestre 2021.1: 18/10/2021 a 26/02/2022, e recesso acadêmico: 19/12/2021
191 a 09/01/2022. Reiterou que seria mantida a mesma carga horária e dias letivos para ao invés de prejudicar
192 todo o mês de julho, e pela prospecção até o ano de 2023 se conseguiria retornar esse calendário para dentro
193 do ano civil resolvendo também problemas de Radoc, pois o sistema não entendia que tinha essa variação no
194 calendário. A Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira disse que endossava a fala do Professor Hanstter que a
195 educação terá muitos professores em férias em época de aulas pelo calendário porque não teve mais forma de
196 trocar porque foram acumulando férias e não poderiam ser deixadas para o ano seguinte então a unidade
197 orientou que os professores colocassem nesses dias de aulas as aulas assíncronas, para não ter que dar aulas
198 no período de férias e que considerava importante a questão das férias de julho e que que a parte da
199 graduação não disse para a unidade que teria alguns problemas nessa votação, mas solicitou esclarecimento
200 se a partir do ano de 2023 já haverá um calendário unificado da medicina e demais graduações. A Prof.^a
201 Kamila Rodrigues Coelho esclareceu que a questão das férias escolares foi pontuada na Câmara Superior de
202 Graduação e que houve uma proposta de particionar o semestre 2021.2, encerrando em junho e retornando
203 em agosto para duas semanas para concluir, mas devido a diversas questões até mesmo por questão de ensino
204 e aprendizagem a proposta de encerrar em 22 de julho venceu a votação, reiterou que houve plena discussão
205 com várias propostas encaminhadas por todos os cursos que se posicionaram. Quanto ao calendário um
206 unificado para 2023 disse que o calendário acadêmico, desde a presença do Curso de Medicina na regional
207 sempre teve uma diferença de início devido a quantidade de semanas, os cursos precisavam de dezesseis
208 semanas para completar a carga horária enquanto a medicina precisava de no mínimo dezoito semanas e
209 antes eram vinte, o internato compreendia vinte e quatro semanas. O Prof. Hanstter Hallison Alves Rezende
210 reiterou sua proposta de readequação das datas e disse que levou em consideração também o agendamento de
211 férias e antecipação do 13º. A Prof.^a Giulena Rosa Leite questionou se o calendário apresentado pela Prof.^a
212 Kamila adveio que votação consensual na Câmara Superior de Graduação. A Prof.^a Kamila Rodrigues
213 Coelho disse que houve salvado engano oito propostas levadas pelos pares, que não houve um consenso, mas
214 que foi feita votação e a maioria votou nessa proposta. O Prof. Christiano Peres Coelho destacou uma
215 situação por participar como membro da Câmara Superior de Graduação na qual estavam todos os
216 coordenadores, de todos os cursos da universidade, havendo contato direto desses coordenadores com todos
217 os professores e principalmente com os alunos e que a situação vivida era completamente atípica. O Prof.
218 Diego Augusto Diehl disse que parecia que a proposta do Prof. Hanstter tinha pontos positivos mas que seria
219 interessante que alguém da Propessoas pudesse participar das reuniões da Câmara de Graduação com direito
220 a voz quando o assunto for calendário, devido ao esforço de harmonizar período de férias e reiterou o debate
221 exaustivo que ocorreu na câmara mas que gostaria de consultar se não seria possível encaminhar a sugestão
222 feita pela Propessoas, para que a Câmara decidisse e que o Consuni encaminhasse essa segunda proposta, por
223 considerar que a câmara tinha mais condições de discutir o calendário, por ter todos os coordenadores dos

224 cursos de graduação. A Prof.^a Kamila Rodrigues Coelho reiterou que houve várias propostas e que foram
225 votadas, data por data e houve discussão sobre o recesso de final de ano, acrescentando uma semana em
226 janeiro e por conta disso perdeu-se julho o que foi amplamente discutido e entendia que o assunto estava
227 esgotado na Câmara Superior de Graduação. A Prof.^a Kamila Rodrigues Coelho disse que conforme a
228 portaria 1040 do MEC foi autorizada a não obrigatoriedade de cem dias letivos para que por conta da
229 pandemia as instituições possam reorganizar seus calendários para que ficassem o mais próximo do civil,
230 dezesseis semanas não era uma obrigatoriedade por lei, reiterou que na proposta aprovada pela Câmara
231 Superior o semestre de 2021.1 estava com noventa e sete dias letivos e no semestre de 2021.2 eram noventa e
232 um dias, que a carga horária tinha que ser cumprida na totalidade. O Prof. Christiano Peres Coelho
233 apresentou a seguinte proposta. Início e de término do semestre 2021.1: 18/10/2021 a 26/02/2022, e recesso
234 acadêmico: 19/12/2021 a 16/01/2022. "15 semanas" com 02 feriados; início e de término do semestre
235 2021.2: 21/03 a 09/07/2022. "16 semanas" com 03 feriados. Esclareceu que era uma proposta enquanto
236 conselheiro entendendo que os pequenos ajustes pudessem ajudar, mas que não houve discussão na unidade.
237 Disse que colocou que o primeiro semestre teria quinze semanas, só terão só quatorze semanas e que os
238 ajustes precisavam estar esclarecidos junto as coordenações e a Prograd, para que essa parte da carga horaria
239 pudesse ser condensada nessas outras semanas e no segundo semestre três dias na semana terão só quinze
240 encontros e esses ajustes serão necessários também. O Prof. Hanstter Hallison Alves Rezende concordou
241 com a proposta e unificaram as propostas. O Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa solicitou esclarecimentos
242 quando ao calendário não ter um mínimo de dezesseis encontros, um por semana e como isso foi trabalhado
243 na Câmara de Graduação, porque as disciplinas são múltiplas de dezesseis, e a maior parte das disciplinas
244 tem sessenta e quatro horas e o noturno com quatro aulas na semana precisa das dezesseis semanas, e qual
245 seria a orientação da Prograd para concluir o conteúdo para trabalhar a carga horária da disciplina nessas
246 condições. A Prof.^a Kamila Rodrigues Coelho disse que essa pergunta surgiu na Câmara Superior e que lá foi
247 aprovado com dezesseis semanas e que foram reduzidos os dias letivos, que era possível ser feito com a
248 distribuição de carga horária com aulas assíncronas o que já acontecia em disciplinas assíncronas, uma
249 disciplina de sessenta e quatro horas tinha a carga horária condensada. O Presidente esclareceu que a
250 proposta um seria a proposta da relatora e a proposta dois dos Prof. Hanstter e Christiano. Em votação foram
251 registrados 2 (dois) votos para a proposta um, 18 (dezoito) votos para proposta dois e 7 (sete) abstenções.
252 **Quarto Ponto da Pauta: Processo 23070.025051/2021-59 – Solicitação de Parceria/Convênio da**
253 **Prefeitura de Jataí, para a realização de Projeto Urbanístico e Paisagístico da área do casarão e**
254 **entorno para criação de um Centro de Referência em Extensão e Cultura,** relatado pela Prof.^a Giulena
255 Rosa Leite. A relatora esclareceu que se tratava de uma intenção para a celebração de um convênio e a
256 reitoria optou por apresentar ao Consuni essa intenção e caso seja aprovado serão iniciados os procedimentos
257 para confecção da minuta e formalização desse instrumento de convênio. Ela fez a leitura do parecer: "O
258 Processo 23070.025051/2021-59 – trata-se de intenção para viabilização de Parceria/Convênio da
259 Universidade Federal de Jataí com a Prefeitura Municipal de Jataí, com vistas à realização de um Projeto
260 Urbanístico e Paisagístico da área do Campus Riachuelo para criação de um Centro de Referência em
261 Extensão e Cultura, vinculado à Proec. Ressalta-se que a comunidade universitária tem entendimento sobre a

262 necessidade de aproximar a comunidade jataiense da universidade, o que tem sido intensificado por meio de
263 projetos de extensão, cultura e esporte e lazer, de longa data. Ressalta-se ainda que o campus Riachuelo por
264 estar localizado no centro da cidade, é o melhor local para que essa aproximação aconteça e diante as atuais
265 possibilidades financeiras da instituição, a reitoria procurou a prefeitura do município em busca de parcerias
266 para realização de algumas obras. O ofício 056/21, assinado pelo Sr Prefeito Municipal, relata que
267 inicialmente, cumpriria à Prefeitura de Jataí, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, um
268 estudo preliminar, com reconhecimento da área, descrição dos aspectos culturais e históricos, levantamento
269 topográfico, análise de vegetação e atividades circunvizinhas, de forma a obter o maior número de dados
270 necessários à elaboração do projeto de intervenção. A reitoria declara que houve uma reunião inicial
271 realizada com os diretores da Unidade de Educação, Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira, Unidade de Estudos
272 Geográficos, Prof. William Ferreira da Silva; e com a representante do Parque das Ciências, Prof.a Regina
273 Maria Lopes e o secretário de Urbanismo da PMJ Sr Tales Augusto Machado; que conversaram a respeito
274 das possibilidades para tal projeto e foram de acordo com o convênio para a elaboração do projeto, desde que
275 posteriormente à confecção do mesmo, ele seja apresentado à comunidade acadêmica antes de
276 qualquer autorização para a obra. Em seguida ocorreram reuniões com os colegiados dos dois órgãos já
277 citados, UAEEDU, UAEGEO e com as líderes do projeto Parque das Ciências e a Pró-reitoria de Extensão,
278 Cultura, Esporte e Laser; onde cada grupo conversou a respeito de suas necessidades e anseios para o local.
279 Diante ao exposto, sou favorável a elaboração do convênio entre a Universidade Federal de Jataí e a
280 Prefeitura Municipal de Jataí, para contratação do profissional responsável para a realização do estudo
281 preliminar, com reconhecimento da área, descrição dos aspectos culturais e históricos, levantamento
282 topográfico, análise de vegetação e atividades circunvizinhas, de forma a obter o maior número de dados
283 necessários para também elaborar o projeto de intervenção desse espaço, ressaltando-se que após a confecção
284 desse projeto ele seja apreciado por toda a comunidade a fim de ser autorizada a implantação do mesmo,
285 salvo melhor juízo desse conselho”. A técnica Adm. Estael de Lima Gonçalves disse que o princípio salutar
286 dessa busca que a reitoria tinha feito para revitalização daquela área que era uma área histórica da
287 universidade e era extremamente importante para o município por possuir uma vinculação forte com a
288 história da educação no município, como o espaço do casarão que era um espaço tombado como patrimônio
289 histórico, havia toda a área verde, a origem da UFJ como campo de extensão universitária nos anos oitenta, a
290 extensão a cultura eram elementos norteadores do que era a UFJ e se tinha que estar atentos a preservação
291 desses aspectos e a colocação da Prof.^a Giulena, trouxe alívio quanto as preocupações de como procederão
292 ali naquele espaço devido ao fato de deixar claro ser uma intenção, que inicialmente chegou a ideia de que já
293 seria um convênio sem projeto, proposta financeira ou de como seria respeitado o planejamento que já existia
294 acima do casarão, o Parque da Ciência que tinha vários anos e que foi aprovado pelo então conselho gestor,
295 considerou importante respeitar essa historia e trabalho que vinha sido feito a mais de dez anos em que o
296 parque tinha atuado e a questão de recurso impediu que o parque tomasse mais corpo no sentido físico mas o
297 atendimento a comunidade, a difusão científica que era a proposta inicial do parque, tinha sido realizada ao
298 longo desses anos com muitas pessoas atendidas, atividades desenvolvidas e livros publicados, que seria
299 inadmissível que fosse colocado um projeto que não respeitasse essa história. O Prof. Diego Augusto Diehl

300 disse que a tentativa de revitalizar o Campus Riachuelo era urgente, que além desses cursos, o Curso de
301 Direito também estava nessa unidade, por conta da Sede do Núcleo de Prática Jurídica, em uma sala que
302 inclusive tem infiltrações e precisava de reforma, disse que não entendia porque o Consuni tinha que aprovar
303 previamente uma intenção sendo que a reitoria tinha autonomia para elaborar um projeto executivo e que
304 chamava um pouco a atenção para a parte em que estava o Parque da Ciência e que era uma área muito
305 importante, valiosa para o desenvolvimento de atividades e já que isso estava sendo submetido ao Consuni,
306 solicitou que fosse apresentada qual seria a proposta de ocupação do espaço a partir do qual o um técnico,
307 engenheiro ou arquiteto deveria ser contratado para a elaboração do projeto executivo. O Prof. Raimundo
308 Agnelo Soares Pessoa disse inicialmente que a possibilidade de uma parceria com a prefeitura é sempre bem-
309 vinda, o que era indiscutível para que outros recursos, que não os diretamente institucionais e o município
310 era um parceiro de primeira ordem, endossou a fala da técnica Adm. Estael e do Prof. Diego e reiterou que
311 falta detalhamento que não sabia se seria um projeto, mas o documento falava que em maio de 2021
312 ocorreria a autorização do Consuni e em junho de 2021 seria a assinatura do convenio, então ficou a dúvida
313 do que significava aprovar a intenção do convênio, se estariam dando carta branca para a reitoria e a
314 prefeitura fazer o que era necessário. O Prof. William Ferreira da Silva disse que foram realizadas duas
315 reuniões com a reitoria para tratar desse tema, durante o recesso acadêmico, onde as discussões foram
316 iniciadas que entendia a preocupação dos colegas, por não haver indicação no processo que tratava dessa
317 questão, um detalhamento e sequer havia indicação de quais pontos haveria a possibilidade de intervenção e
318 controle pela universidade, algumas coisas foram discutidas em relação as questões estruturais com
319 problemas de infiltração, energia elétrica e drenagem, já foi discutido e havia um apontamento, que o
320 objetivo do convênio estava esclarecido para quem estava participando dessas discussões, que se tratava da
321 autorização para que se realizasse o convênio, para que se contratasse uma pessoa que realizará um estudo e
322 não queria dizer necessariamente que as alterações que forem indicadas por essa pessoa, esse projeto, seriam
323 aplicadas, até o momento foi garantido de que uma vez feito o projeto, ele será avaliado pela comunidade
324 acadêmica e só será implantando com a autorização desta. A Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira disse que
325 endossava a fala do Prof. Willian que estiveram presentes em pelo menos uma das reuniões e que a segunda
326 foi com todos os docentes da unidade, reforçou que a parte de baixo do prédio da Riachuelo era um prédio da
327 geografia e pedagogia, até que se construísse um novo prédio no Jatobá e que considerava importante a
328 reitoria ouvir os dois cursos, a unidade de educação levantou que precisava mesmo de uma reforma no
329 prédio de baixo, pois estavam com as paredes mofadas, os alunos precisam de um centro de convivência
330 mesmo que algo simples, uma passarela coberta para chegar ao casarão, um alambrado novo, a unidade
331 Riachuelo precisava de um pórtico o que era fundamental por questões de segurança, que o telhado estava
332 todo estragado necessitando de drenagem, trincas na parte de cima e o que pediram também foi que a reitoria
333 ouvisse o projeto do parque da Ciência, que houvesse uma conversa entre a coordenação de cultura da Pró-
334 reitoria de Extensão com esse parque. A Prof.^a Ludmila Grego Maia disse que houve esse primeiro momento
335 de conversa e a intenção era preservar as solicitações, ouvir todas as demandas e tentar construir um espaço
336 conjunto onde toda a universidade pudesse usufruir desse futuro centro que estava sendo projetado e
337 ressaltou também que a aprovação dessa pauta possibilitará também a formação desse vínculo com a

338 comunidade, tendo em vista que a Riachuelo era um local central onde as pessoas circulavam e era de fácil
339 acesso e também propiciando que a população passasse a ter acesso mais rápido a produção científica,
340 cultural e de extensão que se tinha na universidade era um espaço que seria bastante importante e a intenção
341 era discutir essa proposta de forma ampliada, democrática com todos os setores. Que era importante entender
342 que quando se falava em um Centro de Referência de Extensão e Cultura englobava a universidade como um
343 todo, professores que tinham projetos de extensão, cultura, esporte, arte e lazer seja o que for, terá um local
344 mais adequado para exercer suas atividades, um local mais próximo, para que se criasse um vínculo com a
345 comunidade. O Presidente falou que para a prefeitura contratar um arquiteto e a intenção era contratar um
346 arquiteto de renome era necessária a autorização da Câmara Municipal e para que ela autorizasse a
347 destinação de recurso para o projeto, tinha que haver uma intenção para haver legalidade, outra questão era
348 que enxergavam que a gestão devia ser democrática e que o sentimento de revitalização da Riachuelo estava
349 em toda a comunidade. Reiterou que foi levada a planta baixa do projeto do Parque da Ciência e que ele
350 deveria ser levado em consideração. Após discussões. Em votação a intenção de convênio foi aprovada com
351 o registro de 27 (vinte e sete) votos favoráveis e uma abstenção. **Quinto Ponto da Pauta: Prestação de**
352 **Contas Proad/UFJ**, relatado pelo Prof. Dyomar Toledo Lopes. O Relator apresentou os dados financeiros
353 detalhadamente, conforme consta nos documentos anexos a essa ata. Esclareceu que foi encaminhado aos
354 conselheiros os relatórios oficiais, o de dotação orçamentária, de execução por natureza de despesa e o
355 passivo. A Prof.^a Eva Aparecida de Oliveira disse que pelos cálculos apresentados foi empenhado um valor e
356 sobrou sete milhões e pouco e questionou o que era feito com esse dinheiro e no sentido mais micro que era a
357 capacitação de professores em que foi gasto trinta e um mil e tinham quarenta e um mil e esse dinheiro que
358 sobrou o que era feito dele. O Prof. Dyomar Toledo Lopes esclareceu que cada ação orçamentária tinha uma
359 determinada destinação e não poderia ser utilizado recurso de uma ação orçamentária para cobrir despesa de
360 uma outra ação orçamentária, que podia ser observado que não foi executado todo porque a maioria dessa
361 não execução estava relacionada a folha de pagamento que estava muito complexa, porque a UFJ não tinha o
362 recurso na UG para empenhar como acontecia na maioria das instituições que empenhavam a folha de
363 janeiro a dezembro, na UFJ tinha que enviar todo mês ao MEC uma solicitação e eles não enviavam
364 conforme era solicitado enviavam de maneira inadequada, o que inviabilizava a utilização daquele recurso,
365 sendo necessário ligar no MEC e avisar que não estava na fonte adequada e eles as vezes enviavam o recurso
366 na fonte correta, pois se sabe que esse recurso que estava sobrando na verdade não estava sobrando, porque
367 ele não poderia ser utilizado, por estar na fonte inadequada e retornava para o MEC. O Prof. Diego Augusto
368 Diehl disse que a LOA 2020 previa algo entre vinte e tantos milhões e no fim das contas o orçamento
369 previsto para a execução foi de sessenta e dois milhões, trezentos e poucos mil, o valor executado foi de
370 cinquenta e três e setecentos, ele disse que queria entender o que ocorreu nesse processo, que tinha uma
371 impressão, mas queria ouvir o relator, que parecia ser uma linha do governo federal de restringir e depois ir
372 liberando na medida das necessidades. Outra coisa era em relação a qual rubrica que estava pagando as
373 bolsas para o pessoal que era terceirizado e porque foi feita essa mudança, e os terceirizados tinham um
374 regime de trabalho com as empresas que previa direitos trabalhistas e a bolsa por mais que seja com um valor
375 maior, não tinha direitos trabalhistas envolvidos. Outra questão era sobre a redução do valor pago em 2020

376 para a empresa do R.U e se poderia ser comentado se houve aumento, manutenção para as outras empresas
377 terceirizadas comparado a 2019 e no começo do Consuni foi comentado sobre a questão do contrato com a
378 Guardiã em que não foi possível contratar uma nova empresa e questionou se concretamente há alguma
379 empresa prestando serviço de segurança para a UFJ e qual seria essa empresa. Questionou também à não
380 execução do valor de seis milhões não no aspecto da dívida que ficou porque já foi esclarecido, mas por
381 exemplo porque não executar de forma mais próxima do valor adquirindo material de consumo, permanente
382 porque no ano seguinte haveria uma explosão de outros gastos, então porque não fazer aquisição desses
383 materiais e a outra questão era referente a assistência estudantil, disse que tinha levantado essa questão
384 anteriormente e que foram 2,4 milhões para bolsas de assistência estudantil e um milhão para a compra dos
385 *Chromebooks* e porque que não foi possível transformar pelo menos uma parte desse recurso para o
386 pagamento de mais bolsas de assistência estudantil e também dentro desse um milhão, porque não era
387 possível fornecer o almoço pronto para aqueles que tinham bolsa alimentação. O Prof. Dyomar Toledo Lopes
388 esclareceu que a respeito da execução pode ser observado que esse valor que não foi executado, noventa e
389 nove por cento dele se devia a folha de pagamento e que era enviado um valor para o MEC solicitando o
390 valor para o mês e o MEC enviava o valor na fonte inadequada e valores diferentes dos solicitados e o
391 orçamento era do MEC, portanto nem o sistema permitia o uso desse orçamento para outra despesa. Em
392 pontos como a internacionalização da mesma forma o recurso era para pagar convênios internacionais e a
393 UFJ não tinha nenhum convênio internacional, nas fontes em que foi possível fazer a execução como por
394 exemplo a do funcionamento que era onde mais tinha conta para pagar e era com recurso do funcionamento
395 que foi empenhado na totalidade faltando dezoito mil reais e que o interesse era aproveitar o máximo
396 possível de orçamento mas havia limites legais não sendo possível utilizar recursos de uma ação
397 orçamentária para outra. Para a aquisição de material permanente tinha o recurso capital que era aquela ação
398 da reestruturação que foi executada na integralidade assim como as emendas parlamentares e que não era
399 possível pegar recurso da capacitação para isso. Quando o material de consumo tinha que ser adquirido com
400 recurso de custeio e se procurou adquirir o mínimo possível porque sabiam a necessidade de arcar com os
401 contratos das instituições e se aproveitou uma questão de ocasião que foi o ensino remoto que reduziu a
402 demanda de material de limpeza e de expediente que não foi adquirido. Quando a previsão da LOA era
403 referente a folha de pagamento e na LOA de 2021, novamente não tinha esse orçamento e só a folha de
404 pagamento custava algo em torno de setenta milhões no ano e que ou o MEC enviava orçamento para
405 empenhar a folha ou todos ficavam sem receber e esse acréscimo era o orçamento que o MEC foi enviando e
406 os recursos que foram conquistados ao longo do ano como o projeto Segundo Tempo da Prof. Ângela, as
407 emendas parlamentares. Quando ao contrato com a guardiã havia três contratos um de vigia que era o pessoal
408 que ficava com as chaves, um de segurança armado que estava na portaria fazendo ronda de motocicleta e
409 um de motorista. O de vigia não existia desde o ano passado que era o que foi comentado no início e esse a
410 UFJ está sem por estar aguardando o processo retornar da procuradoria federal. Quanto aos terceirizados que
411 viraram bolsistas, houve uma grande quantidade de trabalho que teve que ser assumido, sendo que não foi
412 recebida nenhuma vaga de concurso previsto na lei de criação da UFJ, o contrato de terceirizados com a
413 Ipanema que era onde tinha o pessoal que trabalha nas secretarias e foi aditivado ao máximo, não sendo

414 possível aumentar nenhum posto e se pudesse não deveriam porque o orçamento não era suficiente para
415 cumprir os contratos e a alternativa encontrada foi de provisoriamente abrir editais para bolsistas de nível
416 superior para socorrer alguns setores porque alguns já não teriam condições de prestar o serviço. A Prof.^a
417 Giulena Rosa Leite esclareceu que a contratação de bolsistas era um projeto aprovado pela procuradoria, que
418 era utilizado em outras instituições para a implantação das universidades porque não receberam servidores. A
419 Prof.^a Luciana Aparecida Elias esclareceu que na pandemia o contrato do R.U não previa as “quentinhas”
420 não foi possível fazer com que fossem entregues com segurança sanitária, e algo que Jataí conseguiu mesmo
421 sem o uso, foi manter o contrato do RU que era muito mais caro ter o contrato para quando voltarem as
422 aulas, porque o Brasil estava tendo grande dificuldade de contratação de restaurantes universitários. A saída
423 da PRAE foi colocar o número mínimo de bolsas e que tinha o número máximo de orçamento, disse que
424 ficou claro que as pessoas que se sentissem prejudicadas pelo fechamento do RU deveriam se inscrever no
425 edital 01 da PRAE de 2020, tinham o total de 1500 alunos com renda per capita declarada no sistema de
426 menos de meio salário mínimo e diante disso puderam transformar o recurso que era para terceiros em bolsa
427 e conseguiriam transformar aquele recurso em bolsas, sendo necessário adentrar no edital que era o que pedia
428 a controladoria geral da união, que todo o recurso distribuído pela PRAE fosse por meio de edital e para
429 alunos com renda per capita de até um e meio salário mínimo, esse edital teve somente cinquenta e sete
430 inscritos, mesmo com toda a divulgação, foi fornecido relatório aprovando o ensino remoto e foram abertos
431 quatro editais para que fossem estabelecidos computadores para os alunos e pacote de dados de internet e
432 também com número mínimo de vagas, com limite do orçamento, no primeiro edital, noventa e sete pessoas
433 e no segundo edital, sessenta e cinco pessoas para a compra do computador. Reiterou que não houve
434 nenhuma interrupção de bolsa e que os alunos que chegaram na chamada pública, puderam participar da
435 segunda leva de editais. Disse ainda que diante de todas as tentativas ainda houve sobra e que o recurso do
436 Pnaes é totalmente auditável, sendo necessária a comprovação de renda do aluno ou apresentação dos
437 documentos em caso de não poder comprovar a renda. O Prof. Giovanni Cavichioli Petrucelli questionou o
438 que se estava pensando para projetar o que sobrou para o ano de 2021, uma vez que já havia possibilidade de
439 retorno em outubro do Pnaes, já não tinha esse dinheiro e havendo uma volta híbrida haveria um problema.
440 O Prof. Dyomar Toledo Lopes esclareceu que já estava sendo trabalhado o planejamento e que a intenção era
441 passar na próxima reunião do Consuni e o planejamento, falou que da parte de custeio já foi finalizado e
442 apresentado para a reitoria mas essa era uma preocupação, porque mesmo com a liberação total do recurso
443 previsto na LOA a liberação do orçamento era muito menor que o necessário para fechar o ano e que seria
444 uma proposta de execução do orçamento, mas que algumas responsabilidades serão divididas com o
445 Consuni. Reiterou que será necessário reduzir o máximo possível das aquisições para chegar a setembro com
446 orçamento, para que o ano possa ser finalizado sem a suspensão de serviços, porque a partir de três meses as
447 empresas podem romper os contratos. O Prof. Thiago Borges de Oliveira disse que uma boa estratégia para o
448 ano seguinte era que antes que saia o orçamento se tentasse mudar os valores, já que não gastava os seis
449 milhões a mais em orçamento de pessoal que se tentasse mudar esse orçamento antes que ele saia, disse que
450 ficou confuso se não era possível mudar o recurso, porque foi feito isso de capital para custeio, pelo que foi
451 dito pelo Prof. Dyomar e do Pnaes disse que sabe que não era possível, por ser recurso carimbado, que

452 também teria preferido priorizar os discentes, ao invés da compra de equipamentos e que isso era corrigido
453 por meio de dados mais precisos para fazer um orçamento na hora do edital, disse que depois da fala do Prof.
454 Giovanni, começou uma discussão interessante sobre planejamento e não se podia ser confiado nesses três
455 meses como foi falado, que tudo bem que as empresas seguravam, mas que estava sendo passado para as
456 empresas uma mensagem que a UFJ não pagará os últimos três meses e esperará ter dinheiro em janeiro que
457 sabiam que não teria, que isso não deveria ser dito no Consuni, por não ser de bom grado. Disse que
458 considerava que o planejamento era muito importante e não estava ocorrendo como deveria e na questão
459 desses pagamentos. O Prof. Dyomar Toledo Lopes disse que aprovaram o orçamento no congresso em abril
460 com o sancionamento da LOA, quando a LOA era sancionada, o recurso de custeio era liberado dois dias
461 depois, mas o recurso das emendas parlamentares só era liberado depois da publicação do decreto de
462 programação orçamentária, que só foi publicado em 15 de maio quando o MEC começou a liberar recursos
463 dessas emendas e o MEC faz um relatório com tudo o que as universidades liquidaram desse recurso
464 enviavam para a Segov, que enviava para outro órgão financeiro que era quem liberava o financeiro e o
465 resultado era que os pagamentos de todas as instituições públicas iniciaram em junho. Quanto ao
466 planejamento disse que ficaram devendo mesmo como dito anteriormente pela necessidade de atender as
467 demandas do MEC. Quanto a questão de falar que vai até setembro disse que tinha que ser sincero, ao falar
468 para o Consuni para deixar clara a situação e que a UFJ estava em uma posição um pouco mais tranquila, por
469 não ter dívidas anteriores. Em votação, a prestação de contas foi aprovada com registro da unanimidade dos
470 votos. O Presidente informou que a pauta continuaria na próxima reunião e provavelmente será apresentado
471 o orçamento. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
472 encerrada a reunião às 18:33 horas (dezoito horas e trinta e três minutos), da qual, para constar, eu,
473 Marinalva de Oliveira Teixeira, Secretária do Consuni, lavrei a presente ata que, lida e se achada em
474 conforme, segue assinada pelo Presidente dos trabalhos e pelos conselheiros presentes à discussão e votação..